

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.527.041 - SC (2019/0177628-4)

RELATOR : MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
AGRAVANTE : L Z
AGRAVANTE : R DE M
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. MEDIDAS APLICÁVEIS AOS PAIS. DESCUMPRIMENTO DOS DEVERES INERENTES AO PODER FAMILIAR. EVASÃO ESCOLAR. NECESSIDADE DE INTERVENÇÃO JUDICIAL. IMPOSSIBILIDADE DE ALTERAÇÃO DAS PREMISSAS DO TRIBUNAL DE ORIGEM. REEXAME DO CONJUNTO PROBATÓRIO. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de agravo interposto por L Z e R de M de decisão do Tribunal de Justiça do Estado Santa Catarina que negou seguimento ao seu recurso especial, fundamentado no art. 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, contra acórdão assim ementado (e-stj, fls. 76):

AGRAVO DE INSTRUMENTO. ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. MEDIDAS APLICÁVEIS AOS PAIS EM RAZÃO DO DESCUMPRIMENTO DOS DEVERES INERENTES AO PODER FAMILIAR (ART. 129, INCISOS V E VII, DO ECA). EVASÃO ESCOLAR. REJEIÇÃO DA INICIAL SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, POR AUSÊNCIA DE INTERESSE PROCESSUAL. RECURSO DO MINISTÉRIO PÚBLICO.

PRELIMINAR. AVENTADA OFENSA AO PRINCÍPIO DA INAFASTABILIDADE DA APRECIÇÃO DA CAUSA PELO PODER JUDICIÁRIO. NÃO OCORRÊNCIA. DECISÃO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA PELO MAGISTRADO A QUO. LIVRE INTERPRETAÇÃO DOS DISPOSITIVOS LEGAIS. PREFACIAL AFASTADA.

MÉRITO. ALEGADA INEFICÁCIA DAS MEDIDAS

Superior Tribunal de Justiça

ADOTADAS EXTRAJUDICIALMENTE. ACOLHIMENTO. ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO PARA PROMOVER O RETORNO DA ADOLESCENTE À ESCOLA, SEM SUCESSO. NECESSIDADE DE INTERVENÇÃO JUDICIAL, COM O ENFRENTAMENTO DO MÉRITO DA AÇÃO JUDICIAL PROPOSTA PELO PARQUET. OBEDIÊNCIA AOS PRINCÍPIOS DA DOCTRINA DE PROTEÇÃO INTEGRAL. PROVIMENTO DO AGRAVO.

Os embargos de declaração opostos foram parcialmente conhecidos e rejeitados (e-stj, fls. 102/107)

Nas razões do recurso especial, a parte alega violação dos artigos 17 e 485, VI, do CPC.

Contrarrazões apresentadas (e-stj fls. 131/135).

Sobreveio o juízo negativo de admissibilidade pelo Tribunal de origem (e-STJ, fls. 137/139), o que ensejou a interposição do presente recurso.

No agravo a parte conseguiu infirmar as razões da inadmissão do recurso especial.

É o relatório. Decido.

Inicialmente, esclareço que o juízo de admissibilidade do presente recurso será realizado com base nas normas do CPC/2015, conforme Enunciado Administrativo nº3/STJ.

Buscam os recorrentes a reforma do acórdão recorrido para que "*seja restabelecida a decisão de primeiro grau que rejeitou 'sem resolução de mérito a demanda de aplicação das medidas do art. 129, V e VII, do ECA aos pais, por ausência de interesse processual'*" (e-stj, fl. 127).

Sustentam que "*a providência jurídica pretendida pelo Ministério Público pode ser satisfeita, na mesma intensidade e com a mesma eficácia, pela via administrativa. E, ainda que tenha sido 'infrutífera a tentativa de interevenção do MPSC no núcleo familiar', eventual tutela jurisdicional favorável não será capaz de oferecer uma situação jurídica diferente daquela alcançável administrativamente.*" (e-stj, fl. 124). Esclarecem que, "*por essa simples razão, o Ministério Público carece, sim de interesse processual de*

Superior Tribunal de Justiça

agir, na modalidade interesse-necessidade (afinal, a intervenção jurisdicional é desnecessária para obter o provimento jurídico pretendido), razão pela qual a decisão terminativa de primeiro grau deverá ser restabelecida nos termos dos arts. 17 e 485, VI, do CPC/15." (e-stj fl. 125).

Nesse contexto, o Tribunal de origem, soberano na análise dos fatos e provas, e embasado no conjunto probatório carreado aos autos, reconheceu que *"a situação, como está posta, reclama o enfrentamento do mérito e a imposição, se for o caso, das medidas cabíveis, que atendam aos princípios da doutrina de proteção integral", esclarecendo, ademais, que "a infrutífera tentativa de intervenção do Ministério Público no núcleo familiar, com o intuito de promover, com sucesso, o retorno da adolescente à escola, exigem sim a intervenção judicial", concluindo pelo "prosseguimento do feito quanto ao pedido de aplicação das medidas aos pais". Senão, vejamos (e-stj, fls. 81/82):*

Segundo consta dos autos, em suma, o Ministério Público do Estado de Santa Catarina, por intermédio desta 1ª Promotoria de Justiça, recebeu do Conselho Tutelar de São Miguel do Oeste/SC aviso por Infrequência Escolar - APOIA, noticiando que a adolescente G. de M. Z. deixou de frequentar o ensino fundamental, na Escola Municipal Bandeirante, no Município de Bandeirante/SC, onde estava devidamente matriculada.

Diante das informações apresentadas, designou-se audiência para oitiva da adolescente e de seus pais, contudo os requeridos não compareceram no ato.

Em contato com a direção da escola, o Ministério Público obteve a informação de que a adolescente não retornara para a escola.

Diante disso, o Parquet ajuizou ação de aplicação de medida de proteção em favor da adolescente, cumulada com apuração de infração administrativa por parte dos genitores e imposição de obrigação de fazer.

O Magistrado a quo, rejeitou a inicial quanto à aplicação das medidas aos pais, por ausência de interesse processual, com a seguinte fundamentação, em resumo:

não é necessária a judicialização da providência, podendo ser solucionada pela via administrativa. As providências que podem ser tomadas ao oficiar o Juízo da Infância são as mesmas que se podem praticar pela via administrativa, seja por força da atuação do autor, seja do CRAS ou ainda com a intervenção do

Superior Tribunal de Justiça

Conselho Tutelar.

(...)

Mérito - da alegada ineficácia das medidas adotadas no âmbito extrajudicial.

Sustenta o Ministério Público que a decisão deve ser reformada, para " que seja determinado o prosseguimento do feito também pelo pedido de aplicação aos pais de imposição de obrigação de matricular a filha e acompanhar sua frequência escolar e advertência, porquanto presente o interesse de agir a motivar tanto o ajuizamento da ação quanto o prosseguimento do feito, sendo imperiosa a intervenção estatal para que os direitos da criança sejam respeitados e não sejam violados também pelo Estado, já que o são pelos genitores." Em que pese o respeitável posicionamento adotado pelo Magistrado, razão assiste ao Ministério Público.

Segundo dispõe o artigo 22 do Estatuto da Criança e do Adolescente:

Aos pais incumbe o dever de sustento, guarda e educação dos filhos menores, cabendo-lhes ainda, no interesse destes, a obrigação de cumprir e fazer cumprir as determinações judiciais.

Parágrafo único. A mãe e o pai, ou os responsáveis, têm direitos iguais e deveres e responsabilidades compartilhados no cuidado e na educação da criança, devendo ser resguardado o direito de transmissão familiar de suas crenças e culturas, assegurados os direitos da criança estabelecidos nesta Lei.

[...]

E mais, de acordo com o artigo 55 do mesmo Diploma legal "os pais ou responsável têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino"

Da análise dos referidos artigos sobressai, portanto, que aos pais competem direitos e deveres relativos ao poder familiar, no interesse da criança e do adolescente, o que inclui assegurar com prioridade absoluta a educação dos filhos.

Em outras linhas:

[...] tem o poder familiar a sua razão de ser na obrigação fundamental do núcleo familiar de educar a prole.

Descuidarem, os pais, por culpa ou dolo, de suas responsabilidades na criação, educação e assistências dos filhos, na guarda e conservação de seus bens, enseja a aplicação de sanção de natureza administrativa. [...] Não se deve esquecer que a criança e o adolescente são sujeitos de direitos garantidos pelo Estado que se inscrevem na legislação tutelar tendo como paradigma a Declaração Internacional dos Direitos da Criança, que lhes assegura proteção material e moral.

Rigorosamente, o poder familiar inscreve-se na esfera do Direito Tutelar com função pública, cujos titulares são escolhidos em

Superior Tribunal de Justiça

razão dos vínculos de parentesco.

A lei, assim, parte do pressuposto de que os vínculos de sangue são a melhor garantia para o funcionamento correto da instituição.

O caráter protetivo do poder familiar, na verdade, transcende a órbita do Direito Privado para ingressar na órbita do Direito Público. É um múnus público imposto pelo Estado aos pais, a fim de que zelem pelo futuro de seus filhos (Lima, Carlos Eduardo Araújo Lima. Estatuto da criança e do adolescente comentado. 11. ed. São Paulo: Malheiros, 2010, p. 1144-1145).

No caso, a infrutífera tentativa de intervenção do Ministério Público no núcleo familiar, com o intuito de promover, com sucesso, o retorno da adolescente à escola, exigem sim a intervenção judicial.

Em outras palavras:

não há falar em inobservância da instância administrativa, restando bastante claro que diversas medidas foram tomadas por parte do Conselho Tutelar da direção da Escola Municipal Bandeirante e do Ministério Público no sentido de auxiliar a adolescente. Inclusive, embora devidamente notificados, a adolescente e os genitores não compareceram à audiência Ministerial aprazada para o dia 25 de julho de 2017.

Dessarte, conclui-se que as medidas tomadas administrativamente não surtiram efeitos, ficando evidenciado o interesse de agir do agravante, especialmente diante da atribuição prevista no texto constitucional.

Logo, a situação, como está posta, reclama o enfrentamento do mérito e a imposição, se for o caso, das medidas cabíveis, que atendam aos princípios da doutrina de proteção integral.

Verifica-se que alterar o entendimento do acórdão recorrido para reconhecer "*o Ministério Público carece, sim de interesse processual de agir, na modalidade interesse-necessidade (afinal, a intervenção jurisdicional é desnecessária para obter o provimento jurídico pretendido)*", como pretende a recorrente, demandaria necessariamente o reexame do contexto fático-probatório dos autos, providência vedada nesta sede especial, a teor da Súmula 7/STJ.

Destarte, a pretensão recursal não merece prosperar.

Ante o exposto, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Superior Tribunal de Justiça

Advirta-se que eventual recurso interposto contra este decisum estará sujeito às normas do CPC/2015 (cf. Enunciado Administrativo n.3/STJ), inclusive no que tange à aplicação de multa (art. 1.021, §4º e art. 1.026, §2º, ambos do CPC/2015).

Intimem-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Relator

